

A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DE DISCENTES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: uma análise do mundo trabalho

Luiz Claudio de Almeida Teodoro¹

RESUMO

A Educação Profissional e Tecnológica é definida como um modelo de aprendizagem com foco no desenvolvimento de competências e habilidades técnicas para suprir a demanda do mercado de trabalho. Nesse sentido, se faz necessário ter disciplinas que possibilitem uma formação complementar para uma análise mais crítica da realidade e para formação integral dos discentes. Principalmente, no momento que o país está vivenciando a desvalorização das ciências humanas, sendo acusadas de doutrinação e sem sentido para formação do aluno que está fazendo um curso profissional e tecnológico. Portanto, a partir de uma revisão bibliográfica, a proposta é destacar a Sociologia como uma ciência que busca explicações para os fenômenos sociais. A partir de um marco teórico sociológico, a ideia é discutir o mundo do trabalho no capitalismo, desnaturalizando a lógica, por exemplo, de que a flexibilização diminui a carga laboral do trabalhador, mas ao contrário intensifica e explora cada vez mais o empregado, ou seja, a tecnologia não privilegia o ser humano, mas sempre o capital. Pode-se apontar que sob o capital, o traço constitutivo mais forte do trabalho, a capacidade criativa, torna-se secundário para os que exercem a própria atividade (alienação). Para a grande maioria, o trabalho reduz-se à necessidade imperativa de homens e mulheres de garantir sua subsistência no mercado.

Palavras-chave: Sociologia, Educação Profissional e Tecnológica, Trabalho, desnaturalização e intensificação.

INTRODUÇÃO

Aprender é um ato revolucionário. Por meio da educação, e de maneira coletiva, o indivíduo deve tomar consciência de sua condição histórica, assumir o controle de sua trajetória e conhecer sua capacidade de transformar o mundo. Assim pode ser resumida a ideia central do pensamento de Paulo Freire (1921-1997). Para o autor, toda educação é política – e não existe neutralidade. Enquanto a missão da “educação bancária” é eliminar a capacidade crítica dos alunos e acomodá-los à realidade, a “educação probatizadora” quer despertar a consciência dos oprimidos, inquietá-los e levá-los à ação (libertação).

Nessa lógica, o objetivo deste trabalho, com base numa revisão bibliográfica, é fazer uma análise da educação profissional e técnica de ensino médio voltada exclusivamente em formar mão de obra para o mercado de trabalho. Destacando que a Sociologia tem um papel

¹ Professor do Departamento do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do CEFET MG. E-mail: luiz.teodoro@cefetmg.br.

fundamental de contribuir na construção de críticas sobre essa visão reducionista do papel da educação, utilizando como exemplo as transformações do mundo do trabalho. De outra forma, a perspectiva é, a partir de um marco teórico sociológico, discutir o mundo do trabalho no capitalismo, desnaturalizando a ideia, por exemplo, de que a flexibilização diminui a carga laboral do trabalhador, mas ao contrário intensifica e explora cada vez mais o empregado, ou seja, a tecnologia não privilegia o ser humano, mas sempre o capital.

O que se conclui é que o ensino profissional e técnico de ensino médio tem limitações em observar essas transformações de forma a problematizar a situação dos trabalhadores, percebe-se um processo permanente de discussões internas em adaptar o currículo para o mercado de trabalho. Principalmente nesses tempos de “negacionismo” científico e que as disciplinas ligadas às ciências humanas são vistas como forma de doutrinar os alunos para que se tornem ideologicamente de “esquerda” política; a Sociologia é apontada como uma matéria que pode ter sua carga horária reduzida, ou ser administrada à distância, ou ainda ser retirada dos currículos para dar mais espaço para as matérias ligadas à formação técnica. Dificultando assim a formação de um indivíduo crítico que lute para ampliação dos seus direitos trabalhistas e sociais.

METODOLOGIA

De acordo com Lakatos (1992), a pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer tratamento científico e possibilita conhecer a realidade e explicá-la. Significa buscar respostas para as questões propostas, com objetividade científica.

O método de pesquisa adotado nesse trabalho é a revisão bibliográfica. Trata-se de levantar a bibliografia sobre os temas propostos, no caso deste trabalho as questões sobre a Educação Profissional e Tecnológica, a Sociologia como campo científico e o mundo do trabalho. A análise bibliográfica permite relacionar as variáveis e buscar explicações para o problema proposto.

Além disso, cabe ressaltar a experiência do autor deste texto, pois trabalha com a disciplina de Sociologia nos cursos de Educação Profissional e Tecnológica no Centro de Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFETMG). Pautando-se pela importância da objetividade científica, a experiência permite acumular conhecimentos e contribui para sua problematização.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação Profissional e Tecnológica

Segundo o Decreto 5154/04, do Ministério da Educação, a educação profissional técnica de nível médio inclui desde as qualificações profissionais técnicas de nível médio (EPTNM), como saídas intermediárias, até a correspondente habilitação profissional do técnico de nível médio. Inclui, também, a especialização técnica de nível médio, que complementa profissionalmente o itinerário formativo planejado e ofertado pela instituição.

Os cursos e programas de educação profissional técnica de nível médio são organizados por eixos tecnológicos, possibilitando itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino para a modalidade de EPTNM.

São cursos que habilitam para o exercício profissional em função reconhecida pelo mercado de trabalho, a partir do desenvolvimento de saberes e competências profissionais fundamentados em bases científicas e tecnológicas. Promovem o desenvolvimento da capacidade de aprender e empregar novas técnicas e tecnologias no trabalho e compreender os processos de melhoria contínua nos setores de produção e serviços. Denominados de cursos técnicos, destinam-se a pessoas que tenham concluído o Ensino Fundamental, estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio. É importante ressaltar que para a obtenção do diploma de técnico é necessário a conclusão do ensino médio.

O Documento Base sobre o Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio (BRASIL/MEC/SETEC, 2007) estabelece como princípios e concepções para esta modalidade de ensino uma integração entre a formação geral e a educação profissional visando uma formação humana integral, a qual deve envolver como dimensões o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho é compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao modo de produção). A ciência é compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade, os quais possibilitam o avanço das forças produtivas. A cultura corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.

A Sociologia como Corpo Científico

Nesse sentido, a disciplina de Sociologia é ofertada nos cursos de Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio como componente curricular da formação geral. A Sociologia,

como outros ramos das ciências sociais, possui sua própria perspectiva cognitiva que estabelece questões a lançar acerca das ações humanas, assim como seus próprios princípios de interpretação (BAUMAN e MAY, 2010). Desse ponto de vista, pode-se apontar que a Sociologia se distingue por observar as ações humanas como elementos de figurações mais amplas; ou seja, de uma montagem não aleatória de atores reunidos em rede de dependência mútua (dependência considerada o estado no qual a probabilidade de que a ação seja empreendida e as chances de seu sucesso se alterem em função do que sejam os atores, do que façam ou possam fazer).

Os sociólogos perguntam que consequências isso tem para os atores humanos, as relações nas quais ingressamos e as sociedades das quais somos parte. Em resposta, formatam o objeto da investigação sociológica. Assim, figurações, redes de dependência mútua, condicionamentos recíprocos da ação e expansão ou confinamento da liberdade dos atores estão entre as mais preeminentes preocupações da Sociologia. Atores individuais tornam-se objeto das observações de estudos sociológicos à medida que são considerados participantes de uma rede de interdependência. Por isso, e porque, não importando o que façamos, somos dependentes dos outros, poderíamos dizer que a questão central da sociologia é: como os tipos de relações sociais e de sociedades em que vivemos têm a ver com as imagens que formamos uns dos outros, de nós mesmos e de nosso conhecimento, nossas ações e suas consequências? São questões desse tipo – partes das realidades práticas da vida cotidiana – que constituem a área própria da discussão sociológica e definem a sociologia como ramo relativamente autônomo das ciências humanas e sociais. Logo, podemos concluir que aprender a pensar com a sociologia é uma forma de compreender o mundo dos homens que também abre a possibilidade de pensá-lo de diferentes maneiras.

De acordo com Giddens (2005), a Sociologia é a disciplina que se ocupa de estudar a vida social humana, analisando as dinâmicas da sociedade como um todo e dos grupos singulares que a compõem. Utilizando de suas ferramentas específicas, é o campo do conhecimento que investiga as relações sociais entre diferentes grupos humanos, seus conflitos e conexões. Assim como o psicólogo se dedica a conhecer os elementos que regem o comportamento de um indivíduo, os sociólogos têm como missão compreender o funcionamento do comportamento coletivo.

Em síntese, a Sociologia busca observar e explicar comportamentos e instituições que aparecem como naturais – como algo que sempre foi igual – aos olhos do sociólogo são fenômenos dotados de influências históricas e sociais. Ser sociólogo é aprender que algumas coisas, que os sujeitos percebem como experiências individuais, na verdade são ações

influenciadas pelo meio social em que eles crescem e vivem. As formas como as pessoas refletem essas profundas influências é objeto de estudo da Sociologia. A primeira vista, essa abordagem parece destituir as pessoas de autonomia sobre nossas ações, mas a verdade é que ocorre o contrário. Ao conhecer as forças sociais que atuam sobre a vida, indivíduos ganham mais liberdade para tomar decisões de forma consciente.

Neste contexto, a Sociologia da Educação é como é nomeada a disciplina que dedica-se a estudar os processos sociais de ensino e aprendizagem, abrangendo os aspectos também organizacionais e institucionais que permeiam o desenvolvimento da educação, bem como as relações sociais que compreendem os indivíduos inseridos neste meio e nestes processos. Enquanto vertente da própria Sociologia, a Sociologia da Educação visa estudar a realidade socioeducacional, os ambientes onde há os processos educativos, mas, além disso, busca compreender os processos de socialização que se desenvolvem também nesse meio, a partir de relações que não se dão apenas entre professores e alunos, visto que inúmeros outros sujeitos estão envolvidos neste processo: a saber, a existência de diretores, coordenadores, supervisores, inspetores, pedagogos e mesmo os pais dos estudantes.

O Mundo do Trabalho

O capitalismo, para Marx (1996), baseia-se na relação entre trabalho assalariado e capital, mais especificamente na produção do capital por meio da expropriação do valor do trabalho do proletário pelos donos dos meios de produção. A esse fenômeno Marx deu o nome de mais-valia. Numa jornada de trabalho, cada trabalhador acrescenta às mercadorias uma quantidade de valor superior ao valor da sua força de trabalho. A mais-valia é resultado do esforço do trabalhador, mas é inteiramente apropriada pelo capitalista, ou seja, a valorização do capital tem por fundamento a exploração da força de trabalho.

Somente na sociedade capitalista os seres sociais – em sua esmagadora maioria – são convertidos genericamente em trabalhadores, isto é, em seres cuja utilidade social fundamental é valorizar o valor e cuja necessidade singular insuperável é vender sua força de trabalho. Sob quaisquer condições e atravessando todas as situações: sexo, gênero, cor, religião, educação, região ou nacionalidade. Esta relação social constitui a base do capitalismo – seres sociais que não dispõem de meios para subsistir – e é sempre reproduzida amplamente.

Pode-se apontar que sob o capital, o traço constitutivo mais forte do trabalho, a capacidade criativa, torna-se secundário para os que exercem a própria atividade (alienação).

Para a grande maioria, o trabalho reduz-se à necessidade imperativa de homens e mulheres de garantir sua subsistência no mercado. Da relação social entre trabalho e capital e da atividade criativa muda-se para a relação jurídica “emprego”, forma ainda generalizada pelo capitalismo, mas em vias de transformação, na qual homens e mulheres estão totalmente disponíveis, durante a maior parte do tempo, aos seus empregadores, para realizar as tarefas (“trabalho”) que lhes forem designadas. A base social dessa necessidade escapa ao ser singular, e o trabalho somente lhe aparece como uma vida ritmada pelo “contrato de trabalho” que assegura condições sociais de existência, através do salário. O trabalho (a atividade) é louvado e reafirmado na educação escolar, na educação profissional, nas empresas e na propaganda, onde se procura extrair uma vocação, um impulso interno a cada ser singular que o justifique e conforte na tarefa que deverá cumprir. Também é louvado como emprego, enquanto trampolim para o sucesso e valorizado positivamente como expressão da própria subjetividade. Tal valoração positiva é socialmente confirmada somente se o trabalho converte-se em “emprego”, em forma de venda da força de trabalho assegurada por um contrato.

A coexistência de grandes massas de trabalhadores em espaços comuns, subordinados à mesma empresa (ao mesmo “patrão”) traz enorme tensão para o capital. Essa massa reconhecia-se concretamente nos seus hábitos de vida, seus locais de moradia, na subordinação comum de um cotidiano compartilhado ao longo de anos de vida. Criava-se uma aparência de correspondência entre trabalho (a atividade criativa), emprego (a forma concreta da sujeição do trabalhador ao capital) e vida (sociabilidade). Isso era mais visível e intenso nos empregos fabris. Essa contradição intrínseca da vida capitalista (socialização dos processos produtivos oposta à concentração da propriedade dos resultados da atividade coletiva) tornava também evidente a sujeição coletiva e contribuiu para a criação de sindicatos e de partidos de base operária. As estruturas de controle para bloquear reivindicações e rebeldias estavam ancoradas diretamente no próprio patronato (capatazes, controle dos poros de tempo nas funções exercidas etc.), que contava com o apoio policial (estatal) para as situações que extrapolassem os muros das empresas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da construção destes conceitos é possível relacioná-los e problematizá-los. Desta forma, a educação profissional e técnica de ensino médio, concebida pelo Ministério da Educação, dá uma ênfase no conceito de competências. Por outro lado, por meio do Decreto 2.208/97 até a proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN’s), pode-se apontar o

sentido reduzido de competências para o mercado de trabalho e a fragmentação do conhecimento. Aquilo que era entendido como o desenvolvimento de conhecimento e de habilidades para o exercício de atividades físicas e intelectuais, em todos os campos da vida humana, tornou-se uma noção eivada da ideologia mercantil

Nesse sentido, as críticas sobre o entendimento de que a escola sempre desenvolveu somente competências para atender o mercado de trabalho. Pois, quando se coloca a questão do currículo baseado em competências de natureza comportamental, a única formação possível é a do treinamento, o que supõe a seleção de conhecimentos orientada predominantemente para o desempenho funcional. Perde-se, assim, a referência das propriedades características da escola, que são a cultura e o saber científico sistematizado básico (técnico e tecnológico). Ao opor-se à lógica das competências, assume-se que: a referência para a seleção dos conteúdos do ensino não pode tomar por base a adequação de comportamentos de forma restrita à produção, mas ter em vista a formação ampliada nos diversos campos do conhecimento (ciência, tecnologia, trabalho e cultura); a preparação para o trabalho não é preparação para o emprego, mas a formação omnilateral (em todos os aspectos) para compreensão do mundo do trabalho e inserção crítica e atuante na sociedade, inclusive nas atividades produtivas, em um mundo em rápida transformação científica e tecnológica. Uma visão adaptativa está na lógica de ensinar a fazer benfeito o que se prescreve ao trabalhador, isto é, ser eficiente e eficaz, sem questionar o que executa nem os fins e a apropriação do que se produz. De outra parte, a empresa incorpora os saberes dos trabalhadores e os devolve como trabalho prescrito a outros trabalhadores.

Neste contexto, a escola não se propõe a refletir, de maneira crítica, as mudanças do mercado de trabalho para tornar o trabalhador cada vez mais explorado, se tornando assim, reprodutora de uma mão de obra alienada e sem a formação integral do indivíduo. A expansão do capitalismo em escala internacional é simultaneamente a produção de mais trabalhadores (expropriações), capazes de produzir mais-valor, e de desemprego. Em outras palavras, pode haver mais trabalho e menos emprego. As formas mais conhecidas são tecnologias que dispensam trabalhadores, processos nacionais ou internacionais de deslocalização de empresas, ou ainda ataques diretos contra direitos conquistados, quando e onde porventura tenham ocorrido melhorias das condições salariais e organização de trabalhadores para assegurar limites legais à jornada e às condições de trabalho.

Pode-se apontar, nesse processo, o exemplo do Uber. Seu enorme impacto já gerou novos termos, como a “uberização das relações de trabalho” e um verbo, uberizar. Segundo Fontes (2017), a forma como opera atravessa diversos setores (alojamento e transporte,

financiamento, produção etc.), estimulada por processos explícitos de “incubação”, através de startups, gerando várias modalidades da assim mal-chamada “economia colaborativa”. Há um senso comum que trata delas como expressão de “tecnologia”, produtoras de bens “imateriais”, mera maquininha plataforma “reunindo consumidores e ofertantes de serviços”, como se fossem “lojas” ou “esquinas” virtuais. Fortemente influenciado por ideologias empresariais e pela propaganda disseminada na mídia proprietária, o senso comum tende a esquecer o aspecto de produção de valor (e, sobretudo, de mais-valor) que representam.

Seguem algumas características da empresa Uber, lembrando que ela aqui figura apenas como um exemplo. Uber não é proprietária direta das ferramentas e meios de produção (o automóvel, o celular), mas controla ferreamente a propriedade da capacidade de agenciar, de tornar viável a junção entre meios de produção, força de trabalho e mercado consumidor, sem intermediação de um “emprego”. A empresa detém, juntamente com outras grandes empresas ou proprietários, a propriedade dos recursos sociais de produção.

Trata-se de uma coligação entre as formas mais concentradas da propriedade, que viabilizam o controle econômico do processo na parte que lhes interessa, o controle da extração, a captura do mais-valor e sua circulação de volta à propriedade. A defesa da propriedade intelectual da criação de um processo (a conexão) une-se estreitamente a investidores que, detentores de quantias de dinheiro monumentais, precisam transformá-las em capital, isto é, investi-las em processos de extração de valor. Tais investidores podem ser provenientes de setores variados: fundos de investimento de risco como *Benchmark ou First Round Capital*, grandes conglomerados financeiros, como *Goldman Sachs* ou empresas como *Amazon* ou *Google*, sem falar em acordos com operadoras de cartão de crédito, com montadoras ou empresas de aluguéis de automóveis. Somente a escala atingida pela propriedade dos recursos sociais de produção permite acoplar uma plataforma de busca a uma tecnologia móvel de cartão de crédito e a um localizador, que asseguram a estreita dependência do trabalhador, pois do cartão depende sua própria remuneração e o localizador denuncia todos os seus percursos, uma vez acionado o celular (conexão principal). E é através do cartão que serão extraídos diretamente entre 20 e 25% de toda a remuneração do trabalhador. A taxa de extração de valor é férrea, assim como o regime de trabalho.

Portanto, com as mudanças estruturais do trabalho e o enfraquecimento do estado de bem-estar social, as políticas públicas na esfera do mercado de trabalho ainda precisam ser reorientadas para de fato reinserir os “novos trabalhadores” neste novo contexto, além de ampliar de fato a capacidade do Estado em dar respostas aos diversos anseios sociais dos indivíduos.

Todavia, como a escola e, especialmente, o ensino profissional e técnico de ensino médio tem limitações em observar essas transformações de forma a problematizar a situação dos trabalhadores, percebe-se um processo permanente de discussões internas em adaptar o currículo para o mercado de trabalho. Principalmente nesses tempos de “negacionismo” científico e que as disciplinas ligadas às ciências humanas são vistas como forma de doutrinar os alunos para que se tornem ideologicamente de “esquerda” política; a Sociologia é apontada como uma matéria que pode ter sua carga horária reduzida, ou ser administrada à distância, ou ainda ser retirada dos currículos para dar mais espaço para as matérias ligadas à formação técnica. Dificultando assim a formação de um indivíduo crítico que lute para ampliação dos seus direitos trabalhistas e sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva construída de que a Educação Profissional e Tecnológica se reduz a um modelo de aprendizagem com foco no desenvolvimento de competências e habilidades técnicas para suprir a demanda do mercado de trabalho, é superficial e contraditória com as DCN’s que apontam para formação integral do discente. Nesse sentido, esse texto buscou problematizar a questão apontando as limitações inclusive das transformações do próprio mundo do trabalho. A Sociologia, junto com as demais disciplinas das ciências humanas, contribuem para a autorreflexão crítica que contribuem para realizar a leitura crítica das reais causas da degradação humana.

Desta forma, problematizar o mundo do trabalho é fundamental para analisar o papel da escola na formação dos discentes, tendo como base para análise as concepções científicas da Sociologia. Por isso, os fins das normas tradicionais de relações de trabalho fundadas em identidades ocupacionais ou de classes têm como consequência, segundo Sorj (2000), o aumento da individualização na construção e valorização das próprias condições de empregabilidade. A constante incerteza, baseada nas relações precárias no mercado de trabalho, requerem dos indivíduos intensos investimentos na busca de novas habilidades para permanecerem em sintonia com as possíveis oportunidades que o mercado de trabalho pode oferecer. Assim, o que se questiona é se a educação profissional e técnica de nível médio atualmente refletem este cenário no mercado de trabalho.

O que se pode apontar, a partir das discussões levantadas neste trabalho, é que as escolas de uma forma geral, mas especialmente as escolas de ensino profissional e tecnológico, procuram demonstrar aos alunos, o quanto a ascensão profissional torna-se competitiva com o passar do tempo. Assim, urge a necessidade de focar o objetivo em uma

profissão, matéria, ou conteúdo a que cada discente tem uma maior afinidade. Visando com tudo isso, mostrar ao aluno quais opções o mercado de trabalho oferece, e qual delas se encaixa melhor no seu perfil. Ou seja, a instituição escolar se torna uma mera reprodutora de conhecimentos para que os indivíduos adquiram habilidades para o trabalho.

Por outro lado, Freire (2003) aponta que a educação é um ato de intervenção no mundo e esta deve estar a serviço das transformações sociais. O progresso científico e tecnológico que não responde fundamentalmente aos interesses humanos, às necessidades de existência perdem significação. Um avanço tecnológico que ameaça milhares de pessoas de perder seu trabalho deveria corresponder a outro avanço que estivesse a serviço do atendimento das vítimas do progresso anterior. Percebe-se então que esta é uma questão ética e política e não tecnológica.

Enfim, é nesse cenário que a Sociologia deve contribuir para formação integral do indivíduo. Como ressalta Silva, Kronemberger e Borges (2020), com base no pensamento de Frigotto, é possível verificar a execução de propostas que visam à redução da importância da educação integral, impossibilitando a superação das injustiças sociais historicamente estabelecidas no país. De um lado, isso se deu pelo aprofundamento da política de cortes orçamentários executada pelo governo federal que asfixiou a já debilitada expansão da rede federal de ensino e colocou em risco a manutenção da qualidade da proposta original: calcada no tripé ensino-pesquisa-extensão, desde a educação básica até a pós-graduação.

De outro lado, isso se deu através de reformas estruturantes que modificavam a forma como seria ofertado o ensino médio a partir de então. Com uma proposta de redução da obrigatoriedade de diversas disciplinas (especialmente as que estimulam o pensamento crítico e a formação humana) a pretexto de aumento da liberdade de escolha, propôs-se direcionar o ensino secundário para uma escola meramente voltada à formação para o trabalho, o que segundo Frigotto (et al., 2018) evidencia uma visão historicamente centrada na avaliação do trabalhador como mero fator de produção, sendo sua formação unicamente voltada à reprodução do capital. Um modelo totalmente dissonante daquele defendido por ele e boa parte dos educadores, que se preocupam com um modelo integral de formação, voltado ao cidadão, mais que somente ao trabalhador, visando superar a educação centrada na lógica neoliberal, que preza pelo individualismo e valoriza competências puramente voltadas à empregabilidade.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. e MAY, T. Aprendendo a Pensar com a Sociologia. Rio de Janeiro: **Zahar Editora**, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Base do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja: Educação profissional técnica de nível médio/ensino médio**. Brasília: MEC/Setec, ago. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em: 29 jun. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2o do artigo 36 e os artigos de 39 a 41 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 29 jun. 2021.

FONTES, V. Capitalismo em Tempos de Uberização: do emprego ao trabalho. **Revista Kallaikia**. Rio de Janeiro: número 2, 2017.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: **Editora Paz e Terra**, 2003.

FRIGOTTO, G. et. al. Os Institutos Federais e sua relação como o ensino médio integrado e o projeto societário e de desenvolvimento. Rio de Janeiro: **LPP/UERJ**, 2018.

GIDDENS, A. Sociologia. Porto Alegre: **Artmed**, 2005.

LAKATOS, E. M. Metodologia do Trabalho Científico. 4 ed. São Paulo: **Editora Atlas**, 1992.

MARX, K. Os Economistas. São Paulo: **Editora Nova Cultural**, 1996.

SILVA, C., KRONEMBERGER, G. E BORGES, R. A Educação Pública sob Fogo Cruzado: conversa com Gaudêncio Frigotto. Niterói: **Movimento – Revista de Educação**, v.18, nº 36 - 2020 (maio-ago).